



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 50/2026

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 18/2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos, uniformes, brindes, materiais para aulas de ginástica laboral e oficinas de violão, fanfarra, karatê e arte circense para atender as necessidades do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Recorrente: MASCATE PERCUSSAO - INDUSTRIA E COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA CNPJ 57.733.201/0001-15.

I – Relatório

Trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2026 cujo objeto resume-se na aquisição de equipamentos, uniformes, brindes, materiais para aulas de ginástica laboral e oficinas de violão, fanfarra, karatê e arte circense para atender as necessidades do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

A empresa citada acima apresentou intenção de recurso, dentro da plataforma, requerendo a inabilitação das empresas declaradas previamente habilitadas nos itens 13, 15, 17, 19 e 20, diante disso, foi concedido a empresa o prazo legal para que a mesma apresentasse suas razões para requerer a inabilitação das proponentes, durante o prazo estipulado a empresa anexou seu recurso na plataforma.

Durante o prazo para a apresentação das contrarrazões, as empresas recorridas não manifestaram-se.

a) Tempestividade

Em primeiro lugar, tem-se que o recurso apresentado pela empresa supracitada é tempestivo, visto que foi respeitado o prazo legal que consta na plataforma Comprasgov.com.br, visto que todo o processo acontece exclusivamente dentro da plataforma.

Assim procedemos a análise dos fatos.



II - Da Alegação da Recorrente

A recorrente sustenta, em síntese, a existência de supostas incompatibilidades técnicas dos produtos ofertados, especialmente quanto à ausência de indicação de personalização em determinados itens.

III - Da Contrarrazão das Recorridas

As recorridas não apresentaram suas contrarrazões durante o prazo estipulado.

IV - Da Análise do Recurso

Diante dos fatos apresentados, o primeiro ponto a ser destacado é que a descrição dos itens é de inteiramente responsabilidade do departamento solicitante. Após isso, cumpre destacar que a Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Após análise do recurso apresentado, verifica-se que a principal insurgência da recorrente refere-se à ausência de indicação expressa de personalização dos produtos nas propostas apresentadas pelas recorridas. Contudo, tal circunstância, por si só, não comprova de maneira inequívoca o descumprimento contratual ou a impossibilidade de fornecimento dos itens conforme exigido no edital.

Importante ressaltar que a fase de julgamento das propostas visa verificar a compatibilidade geral da oferta com as exigências editalícias, não sendo razoável promover desclassificação automática com base em interpretação estritamente formal acerca da descrição apresentada, especialmente quando não há demonstração objetiva de impossibilidade de atendimento do objeto.

Ademais, a efetiva conformidade dos produtos será devidamente analisada no momento do recebimento pelo fiscal do contrato e pelos setores competentes da Administração, ocasião em que será verificado o integral atendimento às especificações técnicas previstas no edital, inclusive quanto às personalizações exigidas.

Nesse sentido, caso os produtos entregues não atendam às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, estes serão devidamente rejeitados, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.

Ressalta-se ainda que a Administração não pode presumir, antecipadamente, o descumprimento contratual apenas pela ausência de detalhamento exposto na proposta,



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



sobretudo quando a obrigação de fornecimento permanece vinculada integralmente às exigências do edital e do futuro contrato.

Dessa forma, não se verifica, neste momento processual, motivo suficiente para a desclassificação das propostas apontadas pela recorrente, uma vez que a análise definitiva da conformidade do objeto ocorrerá na fase de execução contratual e recebimento dos produtos.

VII - Decisão

Por todo o exposto, julgo:

- a) Receber o recurso tendo em vista que este foi apresentado tempestivamente e **negar** o recurso interposto pela empresa MASCATE PERCUSSAO - INDUSTRIA E COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA CNPJ 57.733.201/0001-15, na forma da fundamentação;

Encaminhamos para o Prefeito Municipal para que analise todas essas documentações, e profira a sua decisão administrativa.

Nova Esperança do Sudoeste em 29 de maio de 2026.

TIAGO MARTINS
Pregoeiro